

MANDATO EM REVISTA

SENADORA LEILA BARROS

SEGUNDO ANO



Ações da Senadora em 2020

No combate à pandemia, Leila garante verbas e mais transparência no DF e no Brasil

Senadora tem sua primeira lei sancionada e dá mais segurança às barragens

Leila encerra 2020 economizando 100% da verba indenizatória e abrindo mão de privilégios



EXPEDIENTE

Editora: Senado Federal

Edição: Felipe Linhares

Reportagem: Nara Alves,
Roberto Homem e Stefany Sales

Revisão: Paulo Domingues
e Mariana Mello

Projeto gráfico e diagramação:
Daniel Lavenere

Palavra da senadora	05
Entrevista - Desafios para 2021	06
Combate à covid-19	08
Primeira lei sancionada	12
Mandato econômico	14
Emendas	15
Emendas e projetos	16
Luta pelo esporte	18
Luta pelas mulheres	20
Luta pela educação	22
Transparência e combate à corrupção	24
Posicionamentos	26
Tá na rede	30

Palavra da senadora

A pandemia do novo coronavírus redirecionou os destinos do mundo em 2020. O planeta parou, na tentativa de reduzir as perdas de vidas humanas. A economia foi atingida duramente, provocando uma crise econômica e humanitária sem precedentes. O mundo ficou de luto. Somente no Brasil, choramos a morte de mais de 200 mil pessoas que contraíram a covid-19.

Embora a intensidade de uma dor não possa ser medida, certamente ela foi amplificada no período. Parentes e amigos sequer tiveram a chance de um último abraço ou de velar o corpo da pessoa querida antes de ser sepultada. A ciência também recomendou o isolamento social e a utilização de máscaras de proteção e álcool em gel. Lamentavelmente, nem todos aceitaram seguir as indicações.

No Congresso, buscamos contribuir com o esforço de combater a pandemia e minimizar seus efeitos. Foi lá que construímos, por exemplo,

as leis que criaram o auxílio emergencial (Lei 13.982/2020) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei 13.999/2020).

O coronavírus nos tirou muito, mas ofereceu à humanidade motivos para repensar o modelo que adotamos. Se, por um lado, a ciência apressou seus métodos em busca de saídas, por outro, desaceleramos no *home office* e nos reaproximamos da família. Aumentamos os cuidados com a própria saúde e com o bem-estar do próximo.

Tivemos lições explícitas de respeito, resiliência, paciência e esperança. Foi duro não poder abraçar as pessoas amadas, mas foi rico entender a necessidade de redobrar os cuidados para proteger, sobretudo, as pessoas dos grupos de risco. 2020 nos ofereceu o caminho que poderá nos tornar melhores. Espero que possamos fazer bom uso dessa possibilidade.

Leila Barua

Entrevista - senadora Leila Barros

Para a senadora Leila, socorrer os brasileiros que mais necessitam, sem quebrar o governo, é o principal desafio para 2021. Nesta entrevista, ela também analisa o resultado das eleições municipais, fala sobre a atuação do Congresso no combate aos efeitos da pandemia provocada pela covid-19 e opina sobre as prioridades do DF no decorrer deste ano

Que balanço a senhora faz das eleições de 2020? Acredita que o resultado interferirá no pleito de 2022?

Leila: As urnas revelaram que o eleitor não aguenta mais tanto radicalismo. Ele não concorda que o debate e a troca de ideias deem lugar à intransigência e às agressões. O extremismo enfraquece a democracia e corrói os alicerces da política, que são o diálogo e o entendimento. A política é o instrumento que estimula a convergência de pensamentos diferentes na construção da melhor alternativa viável. Com relação às eleições de 2022, acho precoce imaginar cenários. Cada eleição costuma contar a sua própria história.

A senhora acha que as autoridades cumpriram o seu papel no combate aos efeitos da pandemia do novo coronavírus?

Leila: O eleitor é quem tem o poder de julgar se o seu representante está fazendo ou não um bom trabalho. Posso dizer que, no Congresso Nacional, procuramos contribuir no enfrentamento à covid-19. Tentamos tratar o tema com responsabilidade, cuidado e urgência. Pautamos nossas decisões na ciência e em informações de especialistas. Pelo menos no Parlamento brasileiro, as disputas políticas foram deixadas de lado em nome da necessidade de trabalhar pela preservação de vidas e na redução dos danos à economia. Foi no Congresso, por exemplo, que construímos o acordo para aumentar substancialmente o auxílio emergencial. A proposta inicial do governo era de apenas R\$ 200. Entre muitas outras matérias, também aprovamos créditos suplementares para socorrer estados e municípios e uma linha de financiamento com juros subsidiados para as micro e pequenas empresas.

Como a senhora viu as ações do GDF no combate à pandemia?

Leila: Impossível não lembrar o escândalo

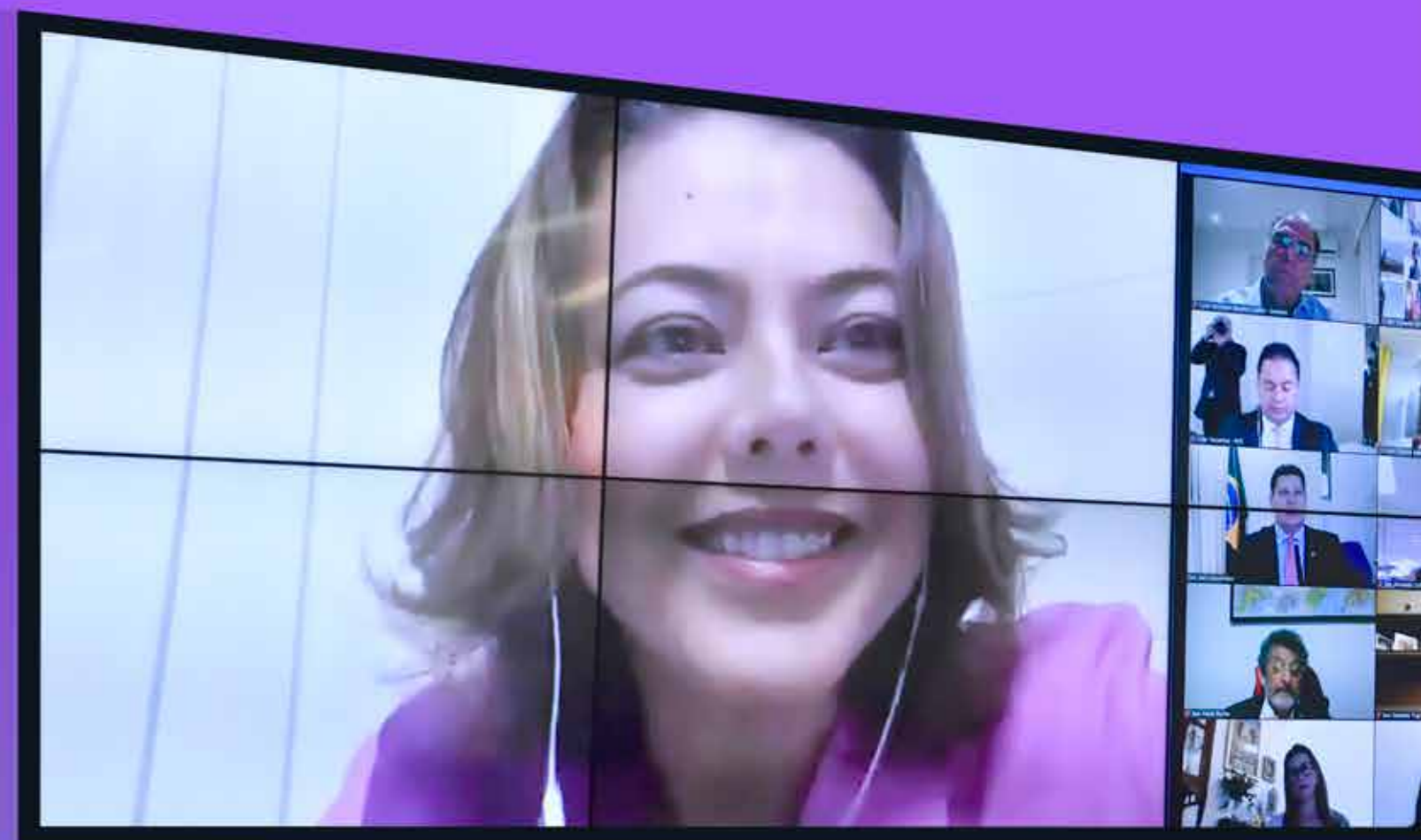
descoberto pela Operação Falso Negativo. Em plena pandemia, integrantes da cúpula da Secretaria de Saúde, além de outros supostos envolvidos no esquema, foram presos sob a suspeita de superfaturamento na compra de testes para detectar a covid-19. É revoltante constatar que algumas pessoas não têm um mínimo de empatia e desprezam a vida do próximo. Devido à gravidade do caso, parte da bancada do DF se uniu e entregou à Câmara Legislativa um manifesto defendendo a instalação imediata da CPI da Pandemia. Pena que o governo local trabalhou para barrar as investigações, cassando o direito de o contribuinte saber detalhes sobre a acusação do desvio do dinheiro que ele pagou, na forma de impostos. Nós da bancada tínhamos e temos autoridade moral para fazer esta cobrança. Até porque trabalhamos para ampliar os recursos para o GDF aplicar na saúde. Não apenas modificamos a destinação das nossas emendas, mas também nos unimos em torno da aprovação de minha emenda que incluiu o DF na partilha dos R\$ 28 bilhões destinados aos municípios para enfrentar o novo coronavírus.

Quais os principais desafios que o Brasil enfrentará em 2021?

Leila: Infelizmente, o ano não deverá ser fácil. Considero que, além de imunizar a população o mais rapidamente possível, outro grande desafio será socorrer os brasileiros que perderam as condições de garantir o mínimo para a sua sobrevivência. Resolver esse problema passa por um conjunto de medidas que possibilitem a geração de emprego e renda. Emergencialmente, temos que ampliar o leque de proteção social para garantir a sobrevivência das famílias mais necessitadas. Porém, tomando cuidado para não permitir que o Tesouro chegue à falência. Dessa forma, é imprescindível aprovarmos reformas que devolvam vigor financeiro ao Estado. A principal delas, a meu ver, é a Tributária. Considero que o recado das

urnas – dando um “NÃO” à radicalização – pode contribuir para que o Congresso encontre o caminho do entendimento. Mas não podemos nos descuidar do futuro: por isso, temos que voltar a classificar como prioridade a educação e a preservação ambiental, relegados à vala comum pelo atual governo federal. Nunca o MEC foi tão irrelevante e também é inédito que um

Ministério do Meio Ambiente tenha se tornado algoz da natureza. Se não fizermos nada, essas duas tragédias repercutirão fortemente nas gerações futuras. Também continuarei apoiando as ações de combate à corrupção e defendendo que o Itamaraty abandone a pauta ideológica e retome o seu histórico de tratar as questões diplomáticas com bom senso.



E o Distrito Federal?

Leila: A privatização da CEB Distribuição mostra que o GDF precisa agir com maior transparência. Ao longo de 2020, o governo ignorou pedidos de informações, inclusive meus, relacionados aos gastos no combate à pandemia. Esse comportamento tem que mudar radicalmente, já que cerca de R\$ 2 bilhões entrarão nos cofres do GDF, com a venda da CEB. A sociedade precisa conhecer em detalhes o plano de investimento desses recursos públicos e também ter acesso às informações que permitam a devida fiscalização de sua aplicação. Parte do dinheiro deve ser aplicada na educação, pois o isolamento social aumentou o fosso que separa o ensino particular do público e o nível de aprendizagem entre os alunos de famílias abastadas e os mais carentes.

O governo deve investir o máximo que puder em escolas de tempo integral ou, pelo menos, no aumento da carga horária. Muito do conteúdo que deveria ter sido ensinado em 2020 terá que ser complementado em 2021. Os professores terão que ser valorizados, pois eles deverão ter um aumento no volume de trabalho. Considero que o governo também deve investir na captação de novas empresas e na geração de empregos no DF. Além disso, deve criar soluções tecnológicas para aperfeiçoar e ampliar os serviços oferecidos aos cidadãos. Uma das possibilidades é a expansão da telemedicina, claro, depois de um amplo debate que permita a criação de parâmetros para garantir eficiência, responsabilidade e qualidade no atendimento.

Pela ampliação do auxílio emergencial

Caminhoneiros, taxistas, motoristas de aplicativos, profissionais da educação, da cultura, da limpeza pública, assistência social e socioeducativo puderam contar com o trabalho de Leila

Foto: Pedro Ventura/Agência Brasília



Desde o início da pandemia, a senadora Leila defendeu as medidas de isolamento social e o respeito às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), priorizando salvar vidas, preservar a saúde da população e, também, socorrer financeiramente aqueles que mais precisam.

A parlamentar lutou pelo pagamento do auxílio emergencial, que varia entre R\$ 600 e R\$ 1.200, para pessoas de baixa renda. Essa ajuda contribuiu para que, em uma situação de desespero, milhares de homens e mulheres não fossem obrigados a se expor à doença, saindo de casa para buscar o sustento para a família.

A fim de ampliar o benefício, Leila apresentou uma emenda para aumentar o número de categorias de trabalhadores beneficiadas. Sugeriu a retirada do limite de rendimentos tributáveis

da lista de exigências para conceder o benefício ao trabalhador. Dessa forma, caminhoneiros, taxistas, motoristas de aplicativos e outros profissionais autônomos passaram a também ter direito à ajuda.

Os profissionais da educação, limpeza pública, assistência social e socioeducativo igualmente puderam contar com o trabalho da senadora, que apoiou a inclusão dessas categorias na lista de servidores que poderão ter reajuste salarial. A senadora também apoiou a possibilidade de reajuste salarial das Forças de Segurança do Distrito Federal.

Além disso, Leila defendeu o projeto que estabeleceu um auxílio emergencial para os profissionais da cultura. E apoiou, ainda, a ampliação do benefício aos agricultores familiares.

Por mais transparência nos gastos emergenciais



Com uma série de ações, Leila pressionou por mais transparência na gestão de recursos e pela instalação da CPI da Pandemia na CLDF

De olho na boa utilização das verbas emergenciais destinadas ao combate à pandemia, a senadora Leila realizou uma série de ações que garantiram as verbas necessárias e também a sua boa utilização por parte dos gestores públicos.

Leila realizou diversas reuniões para assegurar que os R\$ 79 milhões em emendas de deputados e senadores do DF fossem destinados de maneira eficaz para o enfrentamento do novo coronavírus. Também apresentou uma emenda que estabelece critério técnico na distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), dando maior transparência ao repasse realizado

pela União a estados e ao Distrito Federal.

A senadora apresentou o PLP 206/2020, que exige transparência sobre ações na pandemia. Além disso, questionou formalmente o Ministério Público de Contas do Distrito Federal sobre a execução de contratos emergenciais e apresentou requerimento pedindo ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma avaliação da aplicação dos recursos repassados aos estados e municípios para combater a covid-19 e critérios de eficiência dos investimentos. Também apresentou emenda que dá mais transparência à Embratur e apoiou MP que prevê ajuda na repatriação de brasileiros.

CPI da Pandemia



Juntamente com parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputadas e deputados federais, além da bancada do DF no Senado, Leila pressionou pessoalmente pela instalação urgente de uma CPI sobre a Pandemia na CLDF. As discussões acerca da necessidade de uma investigação foram realizadas também em reuniões virtuais da Comissão Especial da Covid-19 do DF, com a participação de dezenas de parlamentares e especialistas.

“A prisão de toda a cúpula da Saúde do GDF e a acusação, inclusive, de fraude na compra de testes para o novo coronavírus são mais que suficientes para a CPI da Pandemia. Ela se tornou indispensável!”

Pela educação de qualidade na pandemia



A falta de aulas provocada pela crise sanitária, as dificuldades para implementação do ensino a distância, o fato de que muitos alunos da rede pública não têm acesso à internet em casa e, inclusive, o aprofundamento da desigualdade no País foram alguns dos fatores que levaram a senadora Leila a defender o adiamento do Enem.

Para Leila, insistir com a manutenção do calendário atual do Enem seria apostar no crescimento da desigualdade. “No Brasil, apenas 36% dos alunos da rede pública têm acesso à internet em casa. Nas classes D e E, seis a cada 10 alunos não têm sequer computador. O adiamento do Enem é necessário para que nenhum estudante seja prejudicado pela pandemia, principalmente os mais carentes”, argumentou.

O projeto que suspendeu temporariamente os pagamentos devidos pelos estudantes ao Fies também recebeu amplo apoio da senadora. Além disso, Leila aprovou duas emendas à Medida Provisória 934/20, garantindo ensino online após a retomada de aulas presenciais.

PLANOS E REMÉDIOS

Relatou o PL 2.113/20, que incluiu a covid-19 na lista de doenças cobertas por planos de saúde e seguros de vida.

Apoiou o PL 1.542/20, que suspendeu o reajuste de remédios e de planos de saúde durante a pandemia.

Apoiou o PL 6.330/19, que amplia atendimento em casa via plano de saúde a pacientes com câncer.

AJUDA ECONÔMICA

Apresentou o PL 2.869/20, que altera o percentual de tributos a serem pagos por bancos para garantir mais recursos para o setor público e estimular o aumento da oferta de crédito.

Apoiou PL 675/20, que suspende inclusão de CPF no cadastro de consumidores inadimplentes durante a pandemia.

PROTEÇÃO À FAMÍLIA

Apresentou o PL 3.418/20, que amplia licenças maternidade e paternidade na pandemia.

Apoiou o PL 1.291/20, que torna essenciais serviços de combate à violência doméstica.

VACINA CONTRA A COVID-19

Apresentou o PL 5.449/20, que pretende agilizar a possibilidade de utilizar no Brasil vacinas que já tenham autorizações emergenciais de agências regulatórias internacionais de amplo renome.

Incluiu, no rol de agências previstas na lei de combate à pandemia, a agência do Reino Unido, primeiro país a iniciar a vacinação em massa.

Senadora Leila em pronunciamento no Plenário do Senado Federal. Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado



Sancionada lei que muda regras para barragens e prevê multa de R\$ 1 bilhão

Maior segurança é resultado do primeiro projeto de autoria da senadora Leila a se tornar lei



Agentes que trabalharam nas buscas em Brumadinho prestaram homenagem às vítimas (1º/02/2019). Foto: Ana Graziela Aguiar/TV Brasil

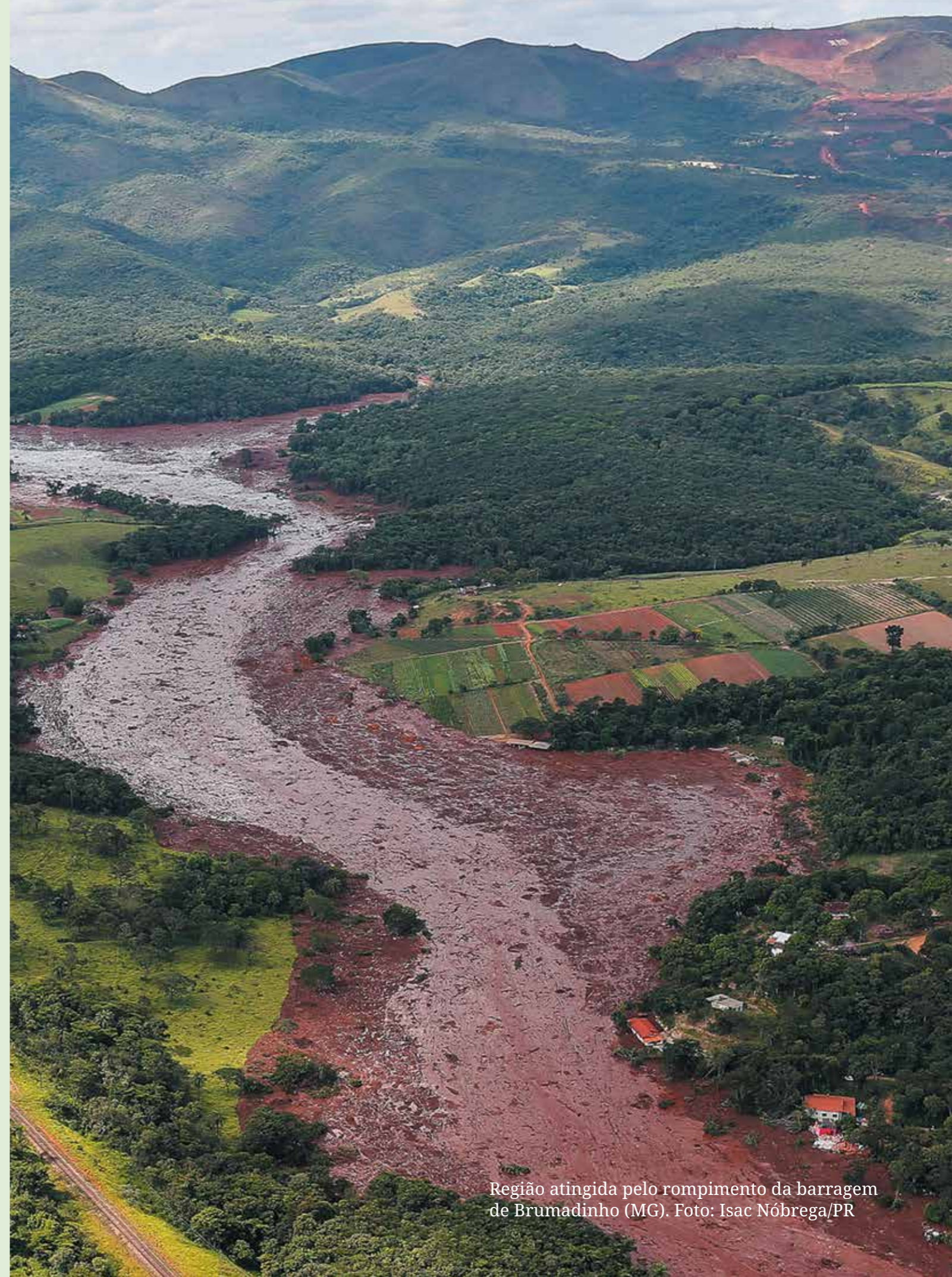
Neste ano, a senadora Leila viu, pela primeira vez, um projeto seu ser transformado em lei. Foi uma grande vitória para o mandato e para a população. Trata-se da Lei 14.066/20, que proíbe o uso de barragens construídas pelo método chamado de alteamento a montante e prevê multas administrativas de até R\$ 1 bilhão para as empresas que descumprirem as normas de segurança. Além das multas, o infrator pode sofrer penalidades que vão de advertência até perda dos direitos de exploração mineral ou de benefícios fiscais concedidos.

O PL 550/19 foi apresentado pela senadora ainda no início de 2019, em resposta ao desastre causado pelo rompimento de uma barragem da Vale em Brumadinho (MG). O evento matou 259 pessoas. Três anos antes, em 2015, outro rompimento, dessa vez na Barragem de Fundão, em Mariana

(MG), matou 19 pessoas e deixou um rastro de destruição incalculável ao meio ambiente.

“A nova lei é uma resposta à sociedade. Sei que não vamos conseguir amenizar a dor das pessoas que ainda enfrentam as consequências das tragédias de Brumadinho e Mariana, mas a lei representa um grande avanço, aumentando a segurança na construção e operação de barragens em nosso país”, destaca a senadora do Distrito Federal.

A Lei 14.066/20, além de ampliar o rol de infrações, estabelece prazos máximos para andamento dos processos administrativos para apuração da infrações: 20 dias para o infrator oferecer defesa contra o auto de infração; 30 dias para julgamento desse auto; 20 dias para o infrator recorrer da decisão condenatória e 5 dias para o pagamento de multa, após a notificação.



Região atingida pelo rompimento da barragem de Brumadinho (MG). Foto: Isac Nóbrega/PR

Leila encerra o ano economizando 100% da verba indenizatória

Abrindo mão de privilégios, Leila dá exemplo de mandato eficiente, sendo uma das parlamentares mais econômicas do Congresso Nacional

A senadora Leila finalizou 2020 como uma das parlamentares mais econômicas do Congresso Nacional. Repetindo o feito de 2019, a parlamentar do Distrito Federal economizou 100% da verba indenizatória. Em quase dois anos de mandato, a primeira senadora do Distrito Federal poupou R\$ 763.692,04.

A parlamentar abriu mão de diversos benefícios concedidos aos parlamentares, tais como imóvel funcional, auxílio-moradia, auxílio-mudança, passaporte diplomático, verba de gabinete e verba para transporte aéreo. Além disso, Leila também renunciou à aposentadoria especial dos parlamentares.

Todo recurso economizado pelos congressistas fica à disposição do Senado e da Câmara, podendo ser utilizado em outras atividades relativas ao Poder Legislativo. Se, no fim do ano, os valores ainda estiverem disponíveis, a verba retorna à União para formar o orçamento do ano seguinte.

No entanto, Leila tem outra ideia para os recursos. Buscando dar transparência à quantia que não será usada, ela apresentou, ainda em 2019, um projeto que permitirá aos parlamentares econômicos a oportunidade de destinar essa verba para melhorias nas áreas da saúde, educação e assistência social em seus estados.



Total economizado
R\$ 763.692,04
em dois anos de mandato

Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

Saúde, educação e esportes receberão cerca de R\$ 23 milhões

Em dois anos de mandato, a senadora Leila destinou R\$ 32.219.804 de emendas individuais ao Governo do Distrito Federal. Desse valor, 72,39% foram para custear programas, ações e compras para a saúde, educação e esporte. Outras áreas que receberão recursos indicados pela parlamentar do Distrito Federal são assistência social e cultura.

“A melhoria na saúde pública do DF é um clamor urgente da população e dos profissionais da área”, afirma a senadora. Cerca de R\$ 16 milhões foram destinados para aquisição de equipamentos, como aparelhos de hemodiálise e ressonância magnética, além de investimentos para aquisição de insumos médicos como pinças, gases, agulhas, dentre outros.

Para a educação, Leila reservou aproximadamente R\$ 4,7 milhões para a reforma de escolas públicas, como ampliação da estrutura, coberturas de quadras esportivas e troca de piso. Também foram beneficiados pelas emendas projetos da Universidade de Brasília (UnB).

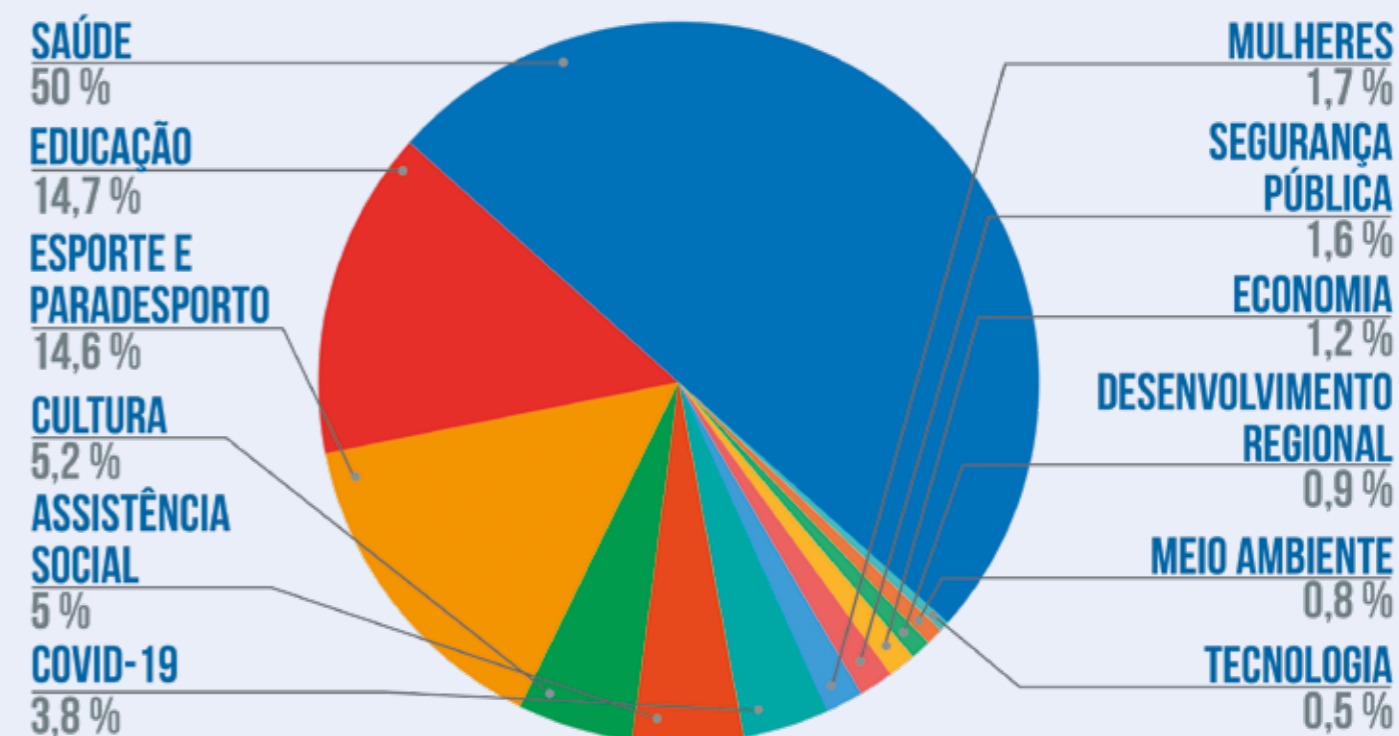
O esporte e o paradesporto também foram contemplados com cerca de R\$ 4,7 milhões. A senadora Leila, medalhista olímpica que começou sua trajetória no desporto escolar, é defensora do esporte como instrumento de formação de cidadãos. “Acredito que o esporte ensina valores, oferece

oportunidades e promove qualidade de vida. Por isso, fiz questão de apoiar entidades que desenvolvam práticas desportivas”, afirma a senadora.

Foram designados ainda recursos para reformas de espaços esportivos, como o Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe), referência no esporte paralímpico. Além disso, o Parque Vivencial do Lago Norte será modernizado para que pessoas com deficiência possam praticar esportes. Parte dos recursos também foi destinada a ações sociais que promovem a inclusão social e geram oportunidades a jovens do DF por meio do esporte.

Emendas de bancada

A senadora Leila Barros também indicou aproximadamente R\$ 30 milhões para a construção de creches e a pavimentação de estradas que dão acesso a escolas rurais, R\$ 9,5 milhões para construção de uma Escola Classe no Riacho Fundo I, R\$ 3 milhões para Implantação da Via de Ligação Guará-Núcleo Bandeirante, R\$ 1,5 milhão para os projetos fotovoltaico e de valorização do servidor no Instituto Federal de Brasília (IFB) e R\$ 450 mil para construção de três novas Casas da Mulher Brasileira, que serão implementadas no Sol Nascente, Recanto das Emas e Sobradinho II.



Emendas individuais 2020 e 2021

De olho na execução de emendas

Para garantir mais transparência na execução das emendas, a senadora Leila acompanha de perto as ações do Governo do Distrito Federal

Além de destinar verbas para obras e projetos importantes no Distrito Federal, a senadora Leila também fiscaliza e acompanha de perto a execução por parte do Governo do Distrito Federal. “Uma das funções dos parlamentares é indicar emendas do orçamento da União para obras e projetos nas unidades da Federação que representam. Também é de nossa responsabilidade acompanhar a liberação e execução da benfeitoria. É uma questão de transparência”, explica Leila.

Boa parte dos recursos já está empenhada, ou seja, está reservada para o pagamento de obras como a construção de creches, asfaltamento de vias e compra de equipamentos de saúde, bem como o financiamento de ações voltadas à inclusão social por meio da educação, da cultura e do esporte.

Veja, na tabela abaixo, o andamento de emendas destinadas pela senadora Leila.

Emendas de bancada
R\$ 1,5 milhão – Expansão do IFB (Instituto Federal de Brasília).
R\$ 1,5 milhão – Construção e equipagem da Casa da Mulher Brasileira, tipo III, na Região Administrativa de Recanto das Emas (DF). Valor empenhado em 14/07/20
R\$ 9,5 milhões – Construção da Escola Classe Riacho Fundo I, QN 09, AE 01/02 – Empenho em tramitação.
R\$ 8,5 milhões – Caminho da Escola Pavimentação do Acesso Escola Classe Pedra Fundamental 7, Escola Classe Monjolo e Escola Classe Palmeiras. Empenhado em 23/10/20

Emendas individuais
R\$ 490 mil – Hospital da Criança (Emenda empenhada).
R\$ 300 mil – Emenda empenhada para obras na Praça do Bosque no Varjão.
R\$ 700 mil – Emenda empenhada para as UPAs de Ceilândia, Recanto das Emas, Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Samambaia e São Sebastião.
R\$ 110 mil – Federação Brasileira de Surdos (Emenda em execução).
R\$ 100 mil – Emenda empenhada para a Federação Brasiliense de Skate.
R\$ 100 mil – Emenda empenhada para a Casa de Cultura de São Sebastião.
R\$ 200 mil – Emenda paga para Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS).
R\$ 350 mil – Emenda empenhada e R\$ 115 mil pagos. Valor destinado a entidades que desenvolvam práticas direcionadas ao futebol, em especial ao futebol feminino no DF.



Leila se destaca com 84 proposições, 76 relatorias e 6 leis em vigor

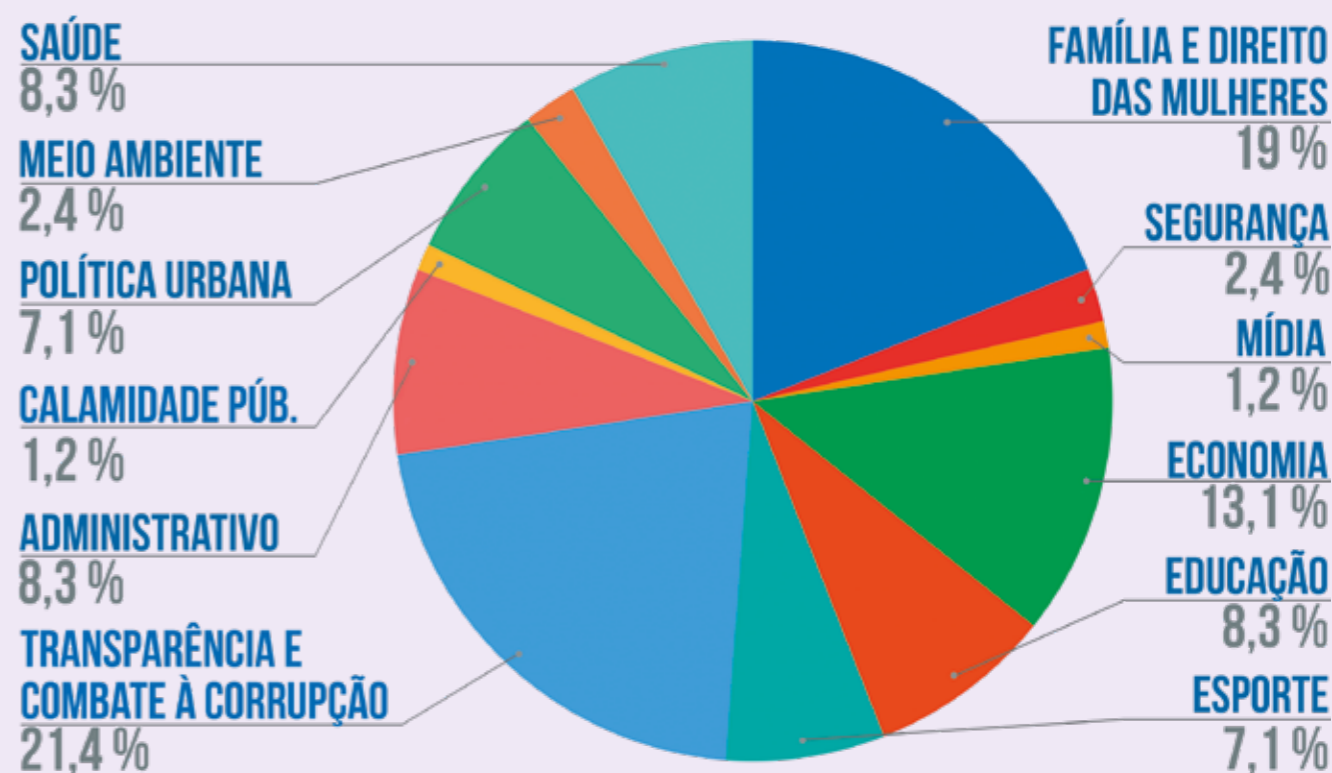
Em seu segundo ano de mandato, a senadora do DF tem tido destacada atuação no combate à corrupção e em diversas áreas essenciais, como saúde e educação

A senadora Leila foi eleita em 2018 pelo Distrito Federal e, desde que assumiu o cargo, tem trabalhado arduamente pelo DF e pelo Brasil. Seu mandato é econômico – poupou 100% da verba indenizatória e abriu mão dos privilégios – e muito eficiente. Leila produziu 84 proposições, assumiu 76 relatorias e já conta com 6 leis em vigor, sendo 5 delas como relatora e uma de sua autoria, que dá mais segurança às barragens brasileiras.

Em 2020, apesar das dificuldades impostas pela pandemia, Leila seguiu trabalhando remotamente. “A produção legislativa do meu mandato seguiu em ritmo acelerado. Tenho atuado nas mais diversas áreas, buscando sempre contribuir com legislações que de fato fazem a diferença na vida das pessoas”, afirma a senadora.

Veja no gráfico abaixo as áreas prioritárias dos projetos apresentados pela senadora Leila.

Projetos de Lei, Propostas de Emenda à Constituição, Projeto de Lei Complementar, Projeto de Resolução do Senado e Proposta de Fiscalização e Controle



Com relatoria de Leila no Senado, lei de ajuda ao esporte é sancionada

Na prática, o projeto dá ao esporte brasileiro a chance de viver um novo momento

Foi aprovado o Projeto de Lei 2.824/20, que se tornou a Lei 14.073/20, de ajuda ao esporte durante a pandemia da covid-19. “O projeto foi construído a várias mãos e com o pé no chão. Participei da elaboração de cada item que refletiu a realidade do setor esportivo”, afirma a relatora da proposta, senadora Leila Barros.

A nova lei permite que entidades esportivas não ligadas à modalidade futebol possam utilizar 20% dos recursos que recebem da loteria para, finalmente, quitar débitos antigos com a União. Agora, o recurso poderá ser usado para sanar as dívidas utilizando o instrumento da Lei da Transação Tributária (Lei 13.988), sancionada em abril. “Estamos dando às federações e confederações a chance de quitar suas antigas dívidas com a União”, concluiu a parlamentar.

A legislação também manteve as contribuições da senadora Leila para ampliar a transparência na gestão das entidades esportivas, com punição por gestão temerária e ampliação da participação dos atletas, mulheres e homens, nas instâncias decisórias das entidades.

Punição aos cartolas e gestão responsável

A lei ainda estabelece regras para as entidades serem mais transparentes na gestão. Além disso, também prevê a punição dos cartolas por gestão temerária e fortalece a representação dos atletas, homens e mulheres, em órgãos e conselhos responsáveis pelos regulamentos de competições e eleições.

Uma lista de atos classificados como gestão irregular ou temerária é apresentada no PL 2.824, tais como, atitudes que revelam “desvio de finalidade” ou geram “risco excessivo e irresponsável para o patrimônio” da entidade. Entre as punições previstas, fica estabelecida a possibilidade de afastamento imediato do cargo enquanto durar a apuração dos fatos, a inelegibilidade por 10 anos e a utilização dos bens particulares dos cartolas para quitar os débitos provocados pelo ato irregular.



Senadora Leila foi relatora do PL 2.824/20 no Senado. Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado



Foto: Pedro Ventura/Agência Brasília.

Questionou o Governo do Distrito Federal sobre o encerramento das atividades da Escola de Esporte (DEFER).

Defendeu a permanência de atletas negros na lista de personalidades reconhecidas pela Fundação Palmares.

Questionou a decisão do Governo do Estado de São Paulo de conceder o Ginásio do Ibirapuera à iniciativa privada.

Leila defende inclusão do esporte entre áreas geridas por organizações sociais

No Projeto de Lei 635/20, a senadora defende que as organizações sociais possam melhorar a gestão do esporte



Foto: Gabriel Jabur/Agência Brasília

“Hoje, a lei prevê que organizações sociais podem fazer a gestão de equipamentos da saúde, da educação e da assistência social. Por que não do esporte?”

A senadora Leila apresentou o Projeto de Lei 635/20, em que defende a inclusão do esporte entre as atividades passíveis de serem realizadas por entidades qualificadas como organização social. “O objetivo é melhorar a qualidade da gestão do esporte, resultando em um impacto significativo no desporto nacional”, afirma a senadora do Distrito Federal.

Entre as justificativas para aprovação da proposta, Leila aponta que incluir o esporte nas áreas geridas por organizações sociais permitirá o cumprimento, de maneira mais efetiva, do artigo 217 da Constituição Federal, que estabelece o fomento das práticas desportivas formais e não formais como dever do Estado. “Hoje, a lei prevê que organizações sociais podem fazer a gestão de equipamentos da saúde, da educação e da assistência social. Por que não do esporte?”, questiona Leila.

No Distrito Federal, a gestão dos Centros Olímpicos e Paralímpicos por organizações sociais já

foi questionada na Justiça, levando o GDF a assumir os espaços. Com a aprovação do PL 635/20, haverá o devido respaldo legal para que a gestão dos equipamentos seja realizada por entidades qualificadas como OS, levando mais eficiência e qualidade à manutenção dos centros.

Veto ao auxílio a profissionais do esporte

Após muita luta da senadora Leila pela aprovação no Congresso Nacional, o auxílio emergencial que seria destinado aos profissionais do esporte foi, infelizmente, vetado pelo presidente da República. Milhares de atletas, paratletas e profissionais do esporte estão sem renda devido à paralisação das competições. Além de defender a convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para analisar o veto, Leila tem conversado com os parlamentares sobre a situação do esporte nacional e a necessidade de amparar os profissionais desse setor.

Com relatoria de Leila, Senado aprova criação de cadastro nacional de estupradores

Cadastro conterá características físicas e as digitais de condenados por estupro, além de fotos e informações genéticas

Com relatoria da senadora Leila na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, entrou em vigor, em outubro de 2020, a Lei 14.069, que cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro. O cadastro deverá conter as características físicas e dados das digitais dos estupradores, além de informação do DNA e fotos. Para o preso em liberdade condicional, também deverá constar informação do local de moradia e de trabalho nos últimos três anos.

“São 180 estupros diários no Brasil. A cada hora, quatro crianças ou pré-adolescentes são vítimas de estupro. É realmente um câncer social, uma situação insustentável dentro da nossa sociedade e que se agravou muito durante a pandemia”, afirma Leila. Com o cadastro, espera-se intimidar uma possível nova atuação do estuprador, e também acelerar o processo de prisão e condenação do agressor.

O banco de dados será custeado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que é administrado pelo Ministério da Justiça. A União e demais entes federados definirão como será o acesso às informações e as responsabilidades de atualização e validação dos dados inseridos.



Senadora participou da campanha Sinal Vermelho para a Violência Doméstica, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

Violência sexual no Brasil

- 180 estupros por dia
- 7 estupros por hora
- 81,8% são mulheres
- 53,8% têm até 13 anos
- 50,9% são negras

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Projeto de Leila amplia licença-maternidade na pandemia

Para proteger mães, pais e recém-nascidos, a senadora apresentou proposta de ampliação das licenças maternidade e paternidade

Em conjunto com as senadoras Mara Gabrilli e Kátia Abreu, a senadora Leila apresentou o Projeto de Lei 3.418/2020, que amplia a licença-maternidade e a licença-paternidade durante os períodos de calamidade pública e de emergência de saúde decorrentes da pandemia de covid-19.

“Nossa intenção é proteger os recém-nascidos, protegendo as mães e os pais das crianças”, afirma a senadora Leila. “Dado que se trata de doença nova, o bebê não conta com a proteção que lhe é transmitida pela mãe na gestação e no aleitamento.” Segundo o PL, a ampliação da licença pode chegar a 180 dias para as mães e a 85 dias para os pais.

Caso Mari Ferrer

A partir do caso da *influencer* Mariana Ferrer, que repercutiu não só pela tese absurda do “estupro culposo”, mas também pela humilhação que a vítima sofreu em plena audiência, Leila apresentou um projeto de lei que obriga a gravação, em vídeo, de todas as audiências de processos penais.

Outras ações pelas mulheres

- Conduziu audiência pública para tratar do aumento do feminicídio no Brasil.
- Cobrou a indicação de mais diplomatas mulheres a cargos no Itamaraty.
- Apresentou projeto que dá mais transparência a gastos com proteção de mulheres, crianças e adolescentes.
- No Outubro Rosa, mediou painel sobre saúde mental e câncer de mama durante a pandemia.



PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA: senadora acompanha aplicação de recursos para facilitar o acesso a escolas rurais do DF

Planaltina, São Sebastião, Paranoá, Fercal, Sobradinho, Gama, Ceilândia e Brazlândia serão as regiões administrativas beneficiadas neste primeiro momento

Em 2020, a senadora Leila realizou diversas reuniões com lideranças das comunidades que serão beneficiadas pelos recursos destinados ao Programa Caminho da Escola, criado para asfaltar vias que dão acesso a escolas rurais do Distrito Federal. Em 2019, Leila indicou R\$ 10 milhões das emendas de banca para o programa, uma iniciativa do Governo do Distrito Federal e do Departamento de Estradas e Rodagens (DER).

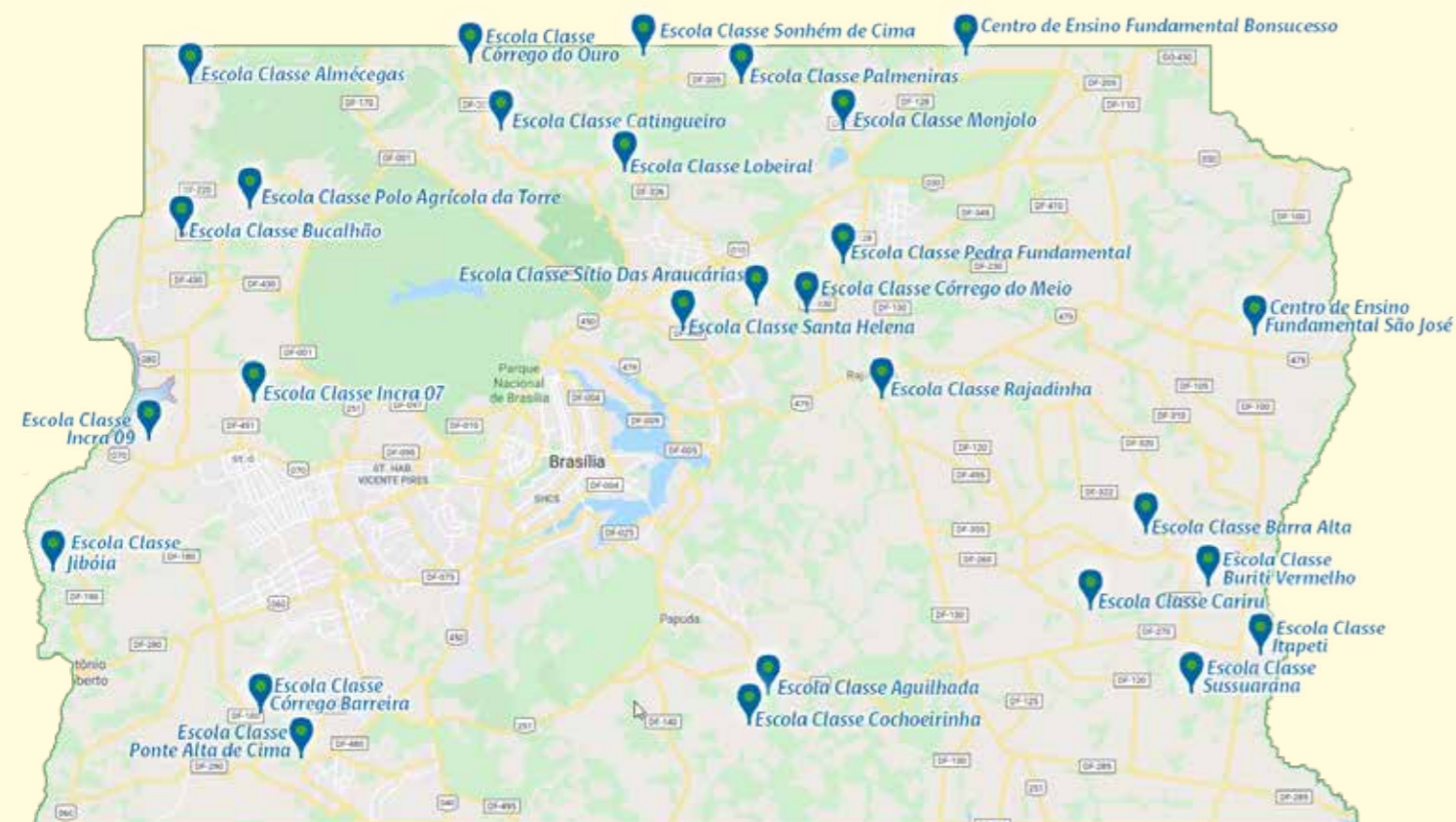
De acordo com a senadora do DF, o objetivo é mudar a realidade da vida de centenas de estudantes que todos os anos enfrentam dificuldade para chegar às escolas de áreas rurais. “É um direito que estava sendo dificultado pela falta de infraestrutura. Também irá facilitar o escoamento de produtos da agricultura familiar local”, lembra.

Como funcionam as emendas

A emenda parlamentar é o instrumento pelo qual deputados e senadores podem participar da elaboração do orçamento anual. Por meio das emendas, o parlamentar pode contribuir com as ações do Poder Executivo, visando uma melhor alocação dos recursos públicos.

Há as emendas individuais e as de bancada, quando os parlamentares esquecem as diferenças partidárias e se reúnem em grupos do mesmo estado para debater coletivamente o destino do dinheiro público.

A execução da emenda, ou seja, a aplicação dos recursos, fica a cargo do governo local. No caso do Programa Caminho da Escola, por exemplo, o critério de escolha é do GDF e do DER.



Na pandemia, Leila defende estudantes, professores e investimento na educação

Em meio às discussões sobre o retorno às aulas, senadora trabalha para que ninguém fique para trás enquanto durar a necessidade de isolamento social e ensino à distância



A pandemia da covid-19 impôs mudanças importantes na educação. E colocou à prova a igualdade de oportunidades entre estudantes de diferentes classes sociais. Levando em consideração as diferenças socioeconômicas e as dificuldades financeiras de muitas famílias com alunos da rede pública do DF e do Brasil, a senadora Leila defendeu medidas que possam garantir a segurança sanitária aos profissionais da educação, estudantes e familiares e, ao mesmo tempo, o mínimo de justiça a todos os alunos.

Uma das medidas mais relevantes apoiadas por Leila foi o adiamento da prova do Enem, o Exame Nacional do Ensino Médio, principal porta de entrada para o ensino superior. “No Brasil, segundo o IBGE, apenas 36% dos alunos da rede pública têm acesso à internet em casa. Nas classes D e E, seis a cada 10 alunos não têm sequer computador. O adiamento do Enem foi uma medida necessária para que nenhum estudante seja prejudicado pela pandemia, principalmente os mais carentes”, defendeu Leila.

Outra importante ação apoiada pela senadora foi a aprovação do PL 786/2020, que estabeleceu a distribuição dos alimentos da merenda escolar às famílias dos estudantes que tiveram suspensas as aulas na rede pública de educação básica. Muitas famílias contam com a alimentação obtida na escola e não teriam condições de arcar com mais

essa despesa em um momento de crise financeira.

Leila também defendeu a renovação do Fundeb, o Fundo pelo Desenvolvimento da Educação Básica, e apoiou o PL 172/20, que destina os recursos do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) para investimento em implantação de redes de transporte de dados de alta capacidade nos municípios e em todas as escolas brasileiras.

Mais pelo ensino superior

Leila apoiou a suspensão, até o fim de 2020, dos pagamentos das parcelas do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil).

Pela autonomia das universidades, a senadora foi contrária à medida que autorizaria o ministro da Educação a escolher reitores.

Mais inclusão, menos violência

A senadora apoiou os projetos que sustam os efeitos do decreto que altera a Política Nacional de Educação Especial, que promove a segregação dos estudantes especiais.

Apresentou o PL 5.249/20, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para prevenir a violência nas escolas públicas e privadas.



Foto: Marcos Oliveira; /Agência Senado

Leila trabalha por mais transparência nos gastos com turismo, transporte e emendas

Com propostas e emendas, iniciativas da senadora do DF contribuem para a ampliação da transparência e para o combate à corrupção no uso do dinheiro público pelos órgãos

Visando dar mais transparência ao processo de execução das emendas parlamentares e também aumentar a visibilidade no orçamento dos estados e municípios, a senadora Leila apresentou o PLP 6/2020, que torna obrigatória a informação pública de dados como o autor da emenda e em qual programa o recurso foi aplicado.

Dessa forma, a população poderá acompanhar a atuação política dos parlamentares no que diz respeito à destinação de recursos públicos e suas prioridades. Também será possível a análise da atuação do Executivo diante das demandas e prioridades definidas pelo Legislativo. Para isso, será obrigatória a divulgação de forma individualizada do autor da emenda, programa e ação orçamentária, data da liberação e pagamento, modalidade de licitação e pessoa física ou jurídica beneficiada.

Também com o intuito de promover maior transparência, Leila apoiou o pedido para incluir mecanismos de transparência e fiscalização no projeto de lei que socorre o transporte público. O PL 3.364/2020 prevê repasses da União para municípios com mais de 200 mil

habitantes, estados e Distrito Federal, visando garantir o serviço de transporte público coletivo de passageiros e evitar o aumento de tarifas em razão da pandemia de covid-19. “Na prática, o que vemos no sistema de transporte público é uma verdadeira caixa-preta. O dispositivo defendido permitiria ao TCU aferir informações das companhias, tais como receita das tarifas, gratuidades, subsídios pagos e margem de lucro das empresas. A emenda infelizmente não teve o apoio necessário para ser incluída no texto aprovado”, explica a parlamentar.

Outra iniciativa importante no combate à corrupção foi a aprovação, no Senado, da MP 907, que transforma o Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur) em uma agência autônoma. A instituição permanece ligada ao governo federal, mas poderá contar agora com recursos privados para promover suas ações, entre elas impulsionar o turismo no País e atuar no repatriamento de brasileiros em situações de calamidade pública, convulsão social e guerras. Duas emendas de autoria da senadora Leila foram incorporadas à MP para reforçar as medidas de controle e transparência.

Leila vai à CLDF apoiar instalação da CPI da Pandemia

Pressão por investigação foi motivada pela prisão da cúpula da Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal, suspeita de fraude durante a pandemia

Juntamente com parte da bancada do DF no Congresso Nacional, a senadora Leila entregou pessoalmente à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) um manifesto pedindo a instalação da CPI da Pandemia. A prisão da cúpula da Secretaria de Saúde do DF motivou a iniciativa.

“A bancada federal tem feito cobranças por mais transparência na gestão dos recursos públicos federais encaminhados ao DF sistematicamente, mas não tivemos essas respostas. A CPI da Pandemia tem força para obter essas informações e

ajudar nas investigações”, declarou a primeira senadora eleita pelo Distrito Federal. “Isso aqui não é um ato político. É um ato de preocupação. Não é brincadeira.”

O manifesto assinado pelos deputados e senadores destaca que há uma série de questões que precisam ser esclarecidas, tais como as compras e contratações feitas pela Secretaria de Saúde e o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF), a falta de medicamentos e insumos e os gastos com os hospitais de campanha.



Foto: Reprodução/Internet

Compras emergenciais

A senadora Leila apresentou o PLP 206/2020, que exige a publicação na internet de informações relativas a compras emergenciais e recursos repassados a entes federados ou entidades da sociedade civil na pandemia.

Determina também a atualização semanal de informações pelas Secretarias de Saúde e pelos Ministérios da Saúde, da Educação, da Mulher, Família e Direitos Humanos e da Justiça e Segurança Pública.

Fim da impunidade

A senadora Leila assinou requerimentos solicitando a votação da PEC 333/17, que estabelece o fim do foro privilegiado, e do PLS 166/2018, que regulamenta a prisão após condenação em segunda instância.

“O projeto de lei obriga a transparência das ações da União, estados, Distrito Federal e municípios, permitindo que a população e o Congresso fiscalizem as ações adotadas com os recursos públicos colocados à disposição dos gestores”

“A impunidade é a muleta daqueles que se apropriam do dinheiro público.”

Em defesa do SUS

“O SUS é o principal sistema de acolhimento dos mais vulneráveis ao novo coronavírus. Cerca de 150 milhões de pessoas dependem do sistema que, se não existisse, faria com que os números da tragédia da covid-19 fossem multiplicados. O SUS é patrimônio do brasileiro! Por isso, eu digo NÃO à tentativa de privatizar as unidades básicas de saúde.”

#DefendaoSUS

Fundo eleitoral para a saúde

Para mitigar os impactos sociais e econômicos do novo coronavírus, o Estado brasileiro precisará investir bilhões de reais. Por isso, a senadora Leila apoiou a destinação do Fundo Eleitoral, cerca de R\$ 2 bilhões, para o Ministério da Saúde.

Também apoiou, junto com o movimento Muda Senado, a retirada do PLN 4/2020 de pauta. O projeto, enviado pelo Poder Executivo, destinava cerca de R\$ 20 bilhões para uso exclusivo do reator-geral do Orçamento. O projeto foi retirado de pauta após a pressão de parlamentares para destinar esse recurso ao combate à covid-19.

Em defesa do trabalhador

A Medida Provisória 936/20 foi aprovada no Senado. O texto flexibiliza regras trabalhistas com o objetivo de salvar empresas e empregos durante a pandemia. Porém, havia dispositivos que não estavam relacionados com o objetivo principal da proposta. Por isso, com o apoio de Leila, a maioria do Senado decidiu impugnar os trechos que faziam alterações permanentes na CLT e permitiam aumentar a margem dos empréstimos consignados em folha de pagamento dos servidores públicos.

Leila defendeu a derrubada do Veto 13, que tratava, entre outras medidas, sobre o acesso ao Benefício da Prestação Continuada (BPC). No entanto, o veto foi mantido e, com isso, a partir de janeiro de 2021, não há mais o critério de renda definido em lei para que idosos e pessoas com deficiência solicitem o benefício de um salário mínimo. As famílias dependerão de novas regras que serão estabelecidas pelo governo federal.

A senadora também se preocupou com a segurança sanitária dos mais de 40 mil professores interessados no processo seletivo de contratação. Até que a pandemia esteja controlada, Leila defende a possibilidade de manutenção dos 10 mil professores temporários, como prevê o projeto apresentado pelo Executivo local.

Em defesa da assistência social

Em um momento em que a pandemia impacta de forma devastadora na saúde e na economia do País, é fundamental fortalecer a rede de assistência social. Por isso, Leila apoiou o PL 1.389/20, que autoriza a transferência de saldos dos fundos de assistência social dos estados, DF e municípios para fortalecer o apoio à população de baixa renda durante a pandemia. Os recursos chegam a cerca de R\$ 1,5 bilhão.



Foto: Marina Gadelha/Secec

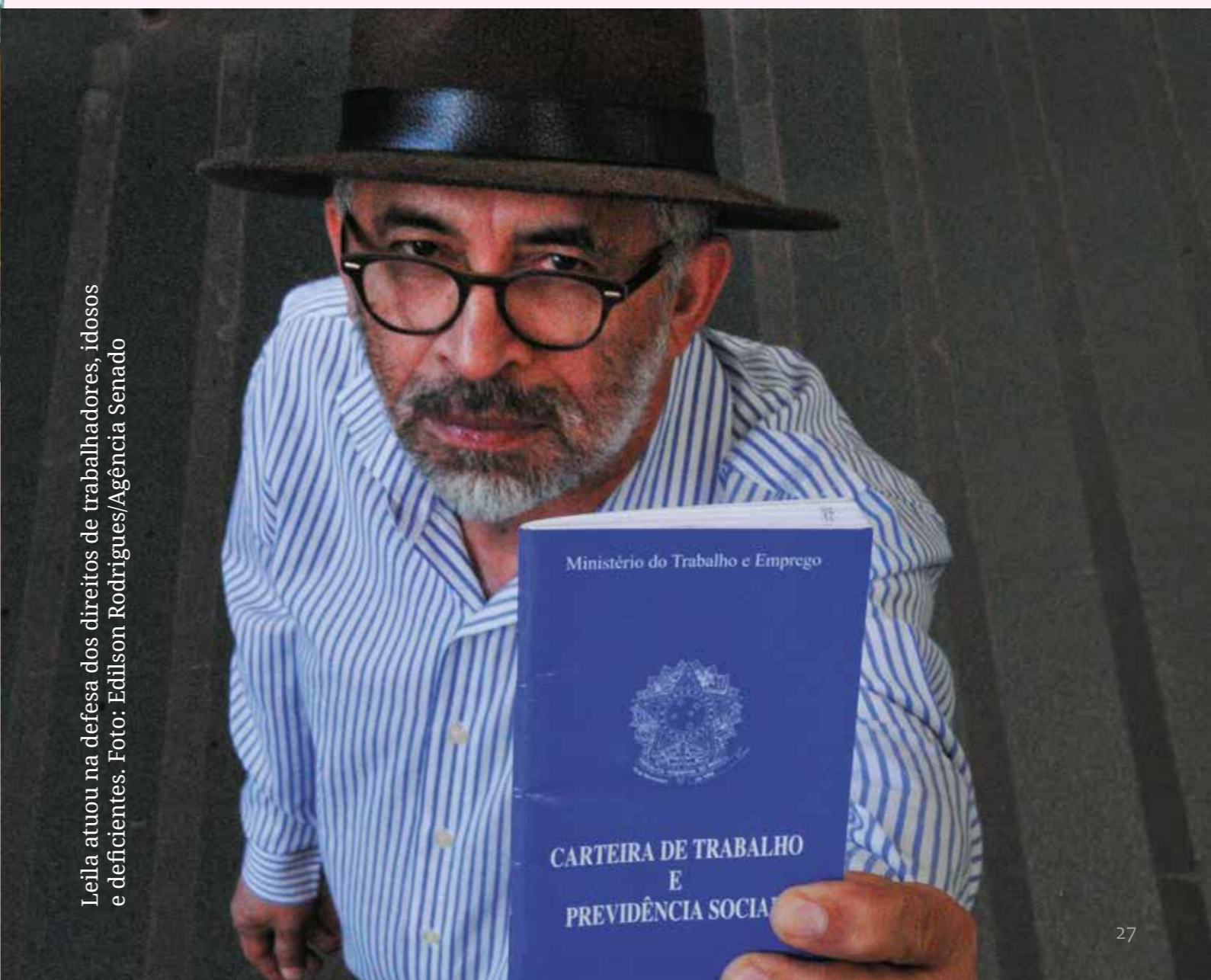
Em defesa da cultura

Em 2020, artistas foram economicamente prejudicados por estarem impedidos de fazer seu trabalho. Por isso, Leila apoiou o Projeto de Lei de Emergência Cultural. Também defendeu a MP 986, que estabelece medidas complementares para ações emergenciais de apoio à Cultura (Lei Aldir Blanc). O texto permite que os recursos não aplicados fiquem nos fundos de cultura municipais e estaduais e determina medidas de transparência.

O Distrito Federal recebeu R\$ 19,2 milhões para aplicar em renda emergencial para os trabalhadores da cultura e subsidiar a manutenção dos espaços culturais.

Leila também se posicionou com relação à necessidade de mais investimento em cultura e esporte, quando o Governo Federal pediu apoio à MP que recria o Ministério das Comunicações.

“Desde 2016, as atribuições da pasta das Comunicações estão sob a responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Votei contra a MP por acreditar que fortalecer as estruturas do esporte e da cultura é muito mais urgente. Investir na educação esportiva e cultural das crianças e no poder de geração de emprego e renda do esporte e da cultura significa apostar no futuro e na nossa juventude.”



Leila atuou na defesa dos direitos de trabalhadores, idosos e deficientes. Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Em defesa do meio ambiente

As queimadas na Amazônia tiveram seu pior resultado dos últimos 10 anos, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Leila defendeu investigações sobre as queimadas, a aprovação de repasses do Fundo Nacional de Meio Ambiente para prevenção de desastres e a ampliação do debate acerca do Novo Código Florestal, para que não haja retrocessos.

Como relatora, a senadora aprovou a criação da campanha Junho Verde, mês que será dedicado a ações no Senado sobre qualidade ambiental e preservação dos recursos naturais. A campanha pretende estabelecer uma agenda política de conscientização e engajamento social pela preservação do meio ambiente. Além disso, a cúpula do Senado deverá ser iluminada com luzes de cor verde.

Em defesa da CEB

Junto com senadores, deputados federais e deputados distritais, Leila assinou mandado de segurança com o objetivo de suspender a privatização da CEB Distribuição. A ação foi distribuída à 7ª Vara da Fazenda Pública do DF. Conforme determina a Lei Orgânica do DF, a venda da companhia precisaria ser submetida à Câmara Legislativa do Distrito Federal. No entanto, o GDF realizou a venda. A concessão do sistema público de energia é uma questão que afeta todos os brasilienses e não poderia ter sido definida sem um amplo debate e às pressas.

poã. A luta dos moradores resultou numa importante vitória com relação à suspensão da venda de lotes em áreas de interesse social a preços abusivos para famílias de baixa renda. Agora, é necessária vontade política do GDF para fazer valer a Lei 13.465/17 e demais legislações que tratam da regularização fundiária.

“Eu e minha equipe estaremos monitorando e sempre à disposição da população do DF para apoiá-los nesta luta.”

“Há questões, por exemplo, que ainda não estão claras com relação à privatização da CEB. É o caso dos mecanismos que serão adotados para manter os preços da energia para a população do DF e a destinação dos recursos de uma eventual venda, além da ausência de medidas administrativas que poderiam valorizar os ativos da CEB. Por que tanta pressa e falta de transparência?”

Em defesa da rodoviária

Leila esteve ao lado dos comerciantes da Rodoviária do Plano Piloto, que manifestaram suas preocupações com o projeto do GDF de concessão do espaço para a iniciativa privada. Em audiência pública, Leila ouviu histórias das famílias que trabalham naquele espaço há mais de 30 anos e solicitou ao GDF que abra o diálogo com os comerciantes em busca de adequar o projeto de concessão do espaço tão simbólico e icônico para todos os brasilienses.

“Sei que a Rodoviária precisa de melhorias, mas é preciso agir com cautela e escutar a população e os trabalhadores.”

Em defesa da regularização justa

A senadora participou de audiência pública sobre regularização fundiária do Paranoá e do Ita-

Em defesa do bem-estar animal

O Senado aprovou, com apoio de Leila, o projeto que aumenta a punição para quem maltratar animais. A pena, que atualmente varia de três meses a um ano, será aumentada para reclusão de dois a cinco anos e multa para quem abusa, fere ou mutila os bichinhos.

“Proteger os animais é uma questão de humanidade e de respeito.”

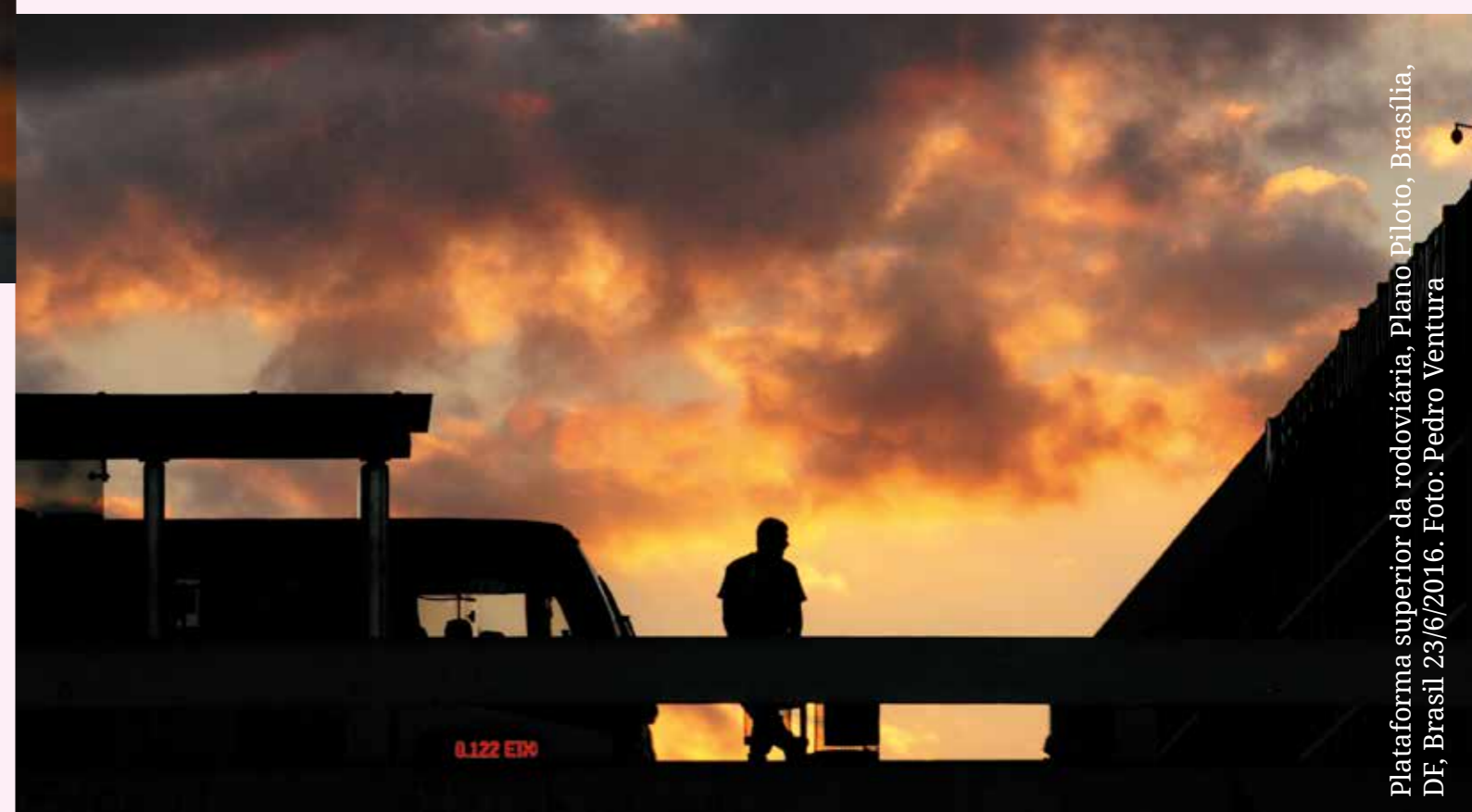
#cadeiaparamaustros

Contra o racismo e a homofobia

Com apoio de Leila, o Senado aprovou o projeto que aumenta a pena para crimes cometidos por motivação racista e orientação sexual. Se for sancionada, a medida vai alterar o artigo 61 do Código Penal brasileiro, permitindo que juízes considerem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional ou orientação sexual como um fator agravante na hora de estipular as penas.

“É uma resposta aos diversos crimes de racismo e homofobia que são registrados todos os dias no Brasil.”

Liderança indígena em debate sobre Amazônia Legal na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado. Foto: Pedro França/Agência Senado, 10/3/2020



Plataforma superior da rodoviária, Plano Piloto, Brasília, DF, Brasil 23/6/2016. Foto: Pedro Ventura

#TBT

O ano de 2020, marcado pela pandemia, isolamento e distanciamento social, obrigou a população a interagir de forma virtual e criar novos mecanismos de trabalho, convívio e comportamento. A senadora Leila precisou adaptar os compromissos presenciais e substituir as agendas por encontros virtuais. O trabalho seguiu, mas com as adaptações que o momento exigia. Dessa maneira, o maior contato da parlamentar com a população aconteceu pelas redes sociais. Ela compartilhou sobre o trabalho, dividiu momentos da vida pessoal e posicionamentos. No entanto, algumas publicações chamaram mais a atenção dos seguidores de Leila e tiveram um alcance maior de pessoas.



Interações nas redes sociais



marcosapaz @leiladovolei votei em você, e hoje vejo o quanto valeu a pena. Meu filho está recebendo os cuidados desse hospital maravilhoso pelo sus há 3 meses e sou grato ao trabalho incrível realizado pela senhora e pelo @icdf.fuc.

leiladovolei Marcos, seu depoimento é uma prova que estamos no caminho certo. Você não sabe a alegria que fico em escutar os relatos das pessoas que são beneficiadas de alguma forma com o nosso trabalho. A saúde, sem dúvidas, sempre será uma prioridade durante todo meu mandato. Conheço o trabalho do Instituto de Cardiologia do Distrito Federal, o INCOR, e sei a diferença que o atendimento desse hospital faz para a população brasileira. Foi com muita alegria que trabalhei para conseguir a emenda de R\$ 1,6 milhão para o ICDF. Fico feliz em poder ajudar o Instituto, referência em alta complexidade cardiovascular e transplantes. Receba meu abraço! Tudo de bom para você e sua família, querido.

rosimeridf Parabéns senadora pelo trabalho sério que vem realizando. Precisamos de mulheres na política comprometidas principalmente com a causa da mulher.

leiladovolei Rosimeri, agradeço seu apoio e reconhecimento pelo nosso trabalho. Sou a primeira mulher senadora do DF e falo com toda propriedade que ser mulher e estar na política não é fácil. Por isso, trabalho com muita garra para garantir mais direitos e oportunidades para as mulheres do nosso país. Abracei desde o início essa pauta e reafirmo mais uma vez meu compromisso com essa luta! Conte com meu trabalho, minha amiga. Forte abraço!

olliverlu Quero parabenizar você pelo trabalho que vem realizando. No meio de tantas sombras vc é um lampejo de luz no caminho do bem coletivo. Que a inspiração e a intuição lhe auxiliem todos os dias. 🙌🙌🙌

leiladovolei Luciana, que alegria receber sua mensagem! O apoio de vocês me dar forças para seguir e trabalhar com mais garra pelo nosso país e por nossa cidade. Quero honrar todos os dias o voto de confiança de cada um de vocês que acreditam em meu trabalho e compromisso. Confesso que me sinto honrada com suas palavras, mas saiba que tenho plena consciência que esta é a minha obrigação e que estou aqui para lutar pela nossa cidade e país. Sou mãe, tenho um filho de 10 anos, sei que meu esforços resultarão em dias melhores para ele também. Quero dar o meu melhor por todos vocês. Acredito verdadeiramente que o resultado de um trabalho responsável, íntegro só pode trazer bons frutos. E, sem dúvidas, o que mais quero é poder colaborar com melhorarias para a população. Forte abraço!



Foto: Toninho Tavares/Agência Brasília



Receba novidades no seu celular pelo WhatsApp da Leila do Vôlei. Basta enviar nome e cidade para 61 9903-7838 e salvar o contato.

Projeto de Lei nº 4.023, de 2020, nos termos do Parecer 03/12/2020 18:14

MINAS GERAIS			RIO DE JANEIRO			RIO DE JANEIRO		
PSDB ✓	Antônio Anastasia	PSD	Carlos Portinho	PSD ✓	Alexandre Vieira	Cidadania ✓		
PSB ✓	Carlos Viana	PSD ✓	Flávia Bolsonaro	Republica ✓	Marta de Carreu Alves	DEM		
Podemos ✓	Rodrigo Padeiro	DEM ✓	Rômulo	Podemos ✓	Rafaela Carneiro	PT ✓		

PARANÁ			RIO GRANDE DO NORTE			RIO SÃO PAULO		
REDE ✓	Alvaro Dias	Podemos	João Paul Freitas	PT ✓	João Serra	PSDB ✓		
Podemos ✓	Fábio Azevêdo	Podemos ✓	Silviano Valentin	Podemos ✓	Majaz Olimpio	PSL		
Podemos ✓	Orivaldo Calmon	Podemos ✓	Zenildo Maia	PROS ✓	Mara Gabelli	PSDB ✓		

PARANÁ			RIO GRANDE DO SUL			RIOGRANDENSE		
Cidadania ✓	Diego Tavares	PROGRES ✓	Luiz Carlos Martins	Podemos ✓	Eduardo Gomes	MDB ✓		
MDB ✓	José Maranhão	MDB	Luiz Carlos Netto	PROGRES ✓	Israel	PSD ✓		
PSD	Key Suzanna	Republica	Paulo Palm	PT ✓	Rita Abreu	PROGRES ✓		

PARÁ			RORONÓIA					
Cidadania	Jader Barbalho	MDB ✓	Alcir Gurgacz	PDT ✓				
PSDB ✓	Paulo Rocha	PT ✓	Cristiano Moura	MDB ✓				
PDT	Zaqueia Marinho	PSD ✓	Marcos Baglato	DEM ✓				

PERNAMBUCO			PIAUÍ					
PSD ✓	Fernando Costa	MDB	Cira Nogueira	PROGRES ✓				
DEM ✓	Humberto Costa	PT ✓	Elmano Férrer	PROGRES ✓				
FL	José Vasconcelos	MDB ✓	Marcelo Castro	MDB ✓				

SANTA CATARINA		
	Elis Bergar	MDB ✓
	Esperidião Antas	PROGRES ✓
	João Paulo Maia	PT ✓

ORIENTAÇÃO DAS LIDERANÇAS

MDB	SIM
PSB	SIM
PROGRES	SIM
PSDB	SIM
PT	SIM
DEM	SIM
COMARIMA	SIM
PSL	SIM
REPÚBLICA	SIM
PROS	SIM
PL	SIM
REDE	SIM
PSL	SIM
PSB	SIM
PSD	SIM
MINORIA	SIM
GOVERNO	SIM

DESCRIÇÃO

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para fixar diretrizes que orientam a distribuição de vacinas contra a covid-19 à população.

VOTAÇÃO EM ANDAMENTO

PRESENTES 65

QUORUM 50

rodasen

